



PARECER TECNICO EMLURB/DPR/DEJU/ADV

Recife, 14 de março de 2025

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo SEI nº 15.000503/2025-82

INTERESSADOS: Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB/Diretoria Administrativa e Financeira - DAF

ASSUNTO: Licitação. Análise das minutas do Edital do Processo Licitatório nº **004/2025** - Pregão Eletrônico nº **003/2025** e da Ata de Registro de Preços. Pregão Eletrônico. Natureza Comum.

EMENDA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SERVIÇO COMUM. REGISTRO DE PREÇO. Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021. Lei Municipal nº 19.145/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 37.323/2023, Decreto Municipal nº 37.324/2023, Decreto Municipal nº 37.341/2023, Decreto Municipal nº 37.692/2024, Decreto Municipal nº 29.549/2016, Decreto Municipal nº 37.817/2024, Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, Instrução Normativa SEGES/MGI nº 02/2023, Instrução Normativa EMLURB nº 01/2024. Regularidade formal das minutas do Edital e da Ata de Registro de Preços. Análise jurídica. Regularidade formal do processo.

Relatório:

Trata-se de análise jurídica requerida pela Diretoria Administrativa Financeira – DAF/Unidade de Compras e Suprimentos (4248212) através do Agente de Contratação designado pela Portaria nº 0663, de 05 de junho de 2024 (4597890), acerca da regularidade dos instrumentos constitutivos do Processo Licitatório nº 004/2025 - Pregão Eletrônico nº 003/2025, tendo por objeto a formação de **Registro de Preços** para eventual contratação de empresa para fornecimento de SERVIÇO (locação de veículo automotor) de acordo com as normas e especificações previstas no TERMO DE REFERÊNCIA.

A contratação sob apreço consta no Plano de Compras Anual – PCA, com identificador único de Documento de Formalização de Demanda nº 5010 0081/2025, ID 4559533.

Os autos tramitam no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife sob o nº **15.000503/2025-82**, instruído pelos seguintes documentos, no que importa a presente análise:

1. Documento de Formalização de Demanda – DFD, ID 4559533; 2. Comunicação Interna (CI) EMLURB/DPR/DAF/GGAF/DVAS Nº 15/2025, ID 4248212; 3. Resumo de Dados Autorização de Licitação, ID 4381522; 4. Mapa de Risco, ID 4380359; 5. Estudo Técnico Preliminar, ID 4559493; 6. Termo de Referência, ID 4557243; 7. Cotação de Preços Privado, ID 4566538; 8. Cotação Pública, ID 4566529; 9. Planilha Estimativa de Preços, ID 4380289; 10. Planilha Principal, ID 4380288; 11. Solicitação de Compra e Contratação – SCC, ID 4382319; 12. Despacho **EMLURB/DPR/DAF/GGAF/UNCS Nº 79/2025**, ID 4380681; 13. Portaria nº 0663, de 05 de junho de 2024, ID 4597890; 14. Minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2025, ID 4597803; 15. Minuta da Ata de Registro de Preços, ID 4597831; 16. Despacho **EMLURB/DPR/GC002 Nº 22/2025**, ID 4598028.

Aportaram os autos nesse órgão de assessoramento jurídico através do **Despacho EMLURB/DPR/GC002 Nº 22/2025**, ID 4598028, subscrito pelo Agente de Contratação, para análise e manifestação jurídica quanto a contratação em tela, em consonância com o art. 53, Lei nº 14.133, de 2021.

É, em síntese, o relatório.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Importa ressaltar que o exame dos autos se restringe aos seus aspectos jurídicos, não abrangendo questões de natureza técnica, sendo o teor emitido com evidente caráter opinativo, sem qualquer caráter vinculante. Presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor técnico competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor obtenção do interesse público. Não nos compete, enquanto órgão de assessoramento jurídico, manifestar sobre a conveniência e oportunidade da contratação, tampouco sobre aspectos técnicos, extrajurídicos.

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Sem prejuízo dos documentos que já constam neste processo, é necessário que os agentes responsáveis pela autuação verifiquem e zelem para que seja observada a devida instrução dos autos.

No âmbito da Administração Pública Municipal a fase relativa ao **planejamento das contratações** se encontra disciplinada na IN SEPLAG/PCR nº 006/2023, elegendo como **documentos essenciais** para instrução do processo de contratação a seguinte documentação:

Art. 6º. O processo de contratação deverá ser instruído através do Sistema Eletrônico de Informações da Prefeitura do Recife com, no mínimo, a seguinte documentação:

- I - **Autorização prévia** do Chefe do Poder Executivo ou Secretário, nos casos estipulados pela legislação municipal;
- II - **Autorização prévia do Conselho de Política Financeira - CPF**, nos casos estipulados pela legislação municipal;
- III - **Estudo técnico preliminar**, de acordo com a IN SEPLAGTD nº 02/2023;
- IV - **Termo de Referência**, elaborado conforme o art. 11º desta IN, ou, para as demandas por obras e serviços de engenharia, o Anteprojeto ou o **Projeto Básico** e/ou Projeto Executivo;
- V - **Estimativa de preços**, de acordo com a IN SEPLAGTD nº 01/2023 e demais normativos municipais;
- VI - **Formulário de bloqueio de saldo orçamentário** emitido no Sistema de Execução Orçamentária e Financeira, nos casos estipulados em legislação municipal;
- VII - **Solicitação de Compra ou Contratação - SCC**, cadastrada no portal de compras.

Os documentos necessários para a abertura do processo licitatório em questão se encontram anexados ao processo eletrônico acima referenciado, de modo que atende as exigências previstas na predita instrução normativa.

DA APLICAÇÃO DA LEI N. 14.133/2021/MODALIDADE DA LICITAÇÃO/REGISTRO DE PREÇOS/CRITÉRIO DE JULGAMENTO/MODO DE DISPUTA

À licitação sob apreço se aplica a Lei nº 14.133/2021, que "estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (art. 1º), assim como as disposições legais oriundas da legislação federal e municipal indicadas na ementa deste parecer.

No caso sob apreço, nota-se que a área demandante optou pela modalidade licitatória Pregão, na forma eletrônica, para formação de Registro de Preço, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE, no modo disputa aberta. O serviço a ser adquirido foi classificado como sendo SERVIÇO DE NATUREZA COMUM, tendo em vista seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

DA AUTORIZAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Constam dos autos do processo eletrônico acima referenciado os seguintes expedientes que visam a autorização da abertura do processo licitatório em questão: Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 5010.0081/2025, ID 4559533; Despacho EMLURB/DPR/DAF/GGAF/UNCS Nº 79/2025, ID 4380681; Resumo de Dados Autorização de Licitação, ID 4381522.

Embora devidamente solicitada a autorização do senhor DAF por meio do Despacho EMLURB/DPR/DAF/GGAF/UNCS Nº 79/2025, ID 4380681, a referida manifestação encontra-se pendente nos autos.

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O art. 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras a serem seguidas pela Administração para realização do **procedimento licitatório**, nesses termos:

Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, em como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a **descrição da necessidade da contratação** fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a **definição do objeto** para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência, anteprojeto, projeto básico** ou **projeto executivo**, conforme o caso;

III - a **definição das condições de execução e pagamento**, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a **elaboração do edital** de licitação;

- VI - a **elaboração de minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a **modalidade de licitação**, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital**, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a **motivação** sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Como se vê, a Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório seja caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Fazem parte da **fase de planejamento** da contratação os seguintes artefatos: a) Estudo Técnico Preliminar; b) Termo de Referência.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é: “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”, de acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/21 e Parágrafo Único do art. 1º da IN nº 02, de 23 de fevereiro de 2023/SEPLG/PCR.

Tal instrumento deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a **solução mais adequada**, de modo a permitir a avaliação da **viabilidade técnica e econômica** da futura contratação. O art. 4º da IN nº 02/2023/SEPLAG/PCR, fixa como **elementos obrigatórios**:

- I – **Descrição da necessidade** da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II – **Estimativa da quantidade a ser contratada**, acompanhada da memória de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

III – **Estimativa dos valores unitários e globais** da contratação, com base em pesquisa de mercado simplificada, acompanhada da memória de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, por qualquer meio admitido em norma municipal, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, avaliar a viabilidade econômica da opção, a qual poderá constar em anexo classificado, nesse caso se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

IV – **Justificativa para o parcelamento ou não** da solução, se aplicável;

V – **Especificar o enquadramento do material ou serviço comum ou especial**, de acordo com as definições dos incisos XIII e XIV, do art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021;

VI – **Posicionamento** conclusivo sobre a viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP acostado no processo eletrônico acima referenciado (4559493), contempla os elementos obrigatórios previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 4º, incisos I, II, III, IV, V e VI da IN SEPLAG/PCR nº 02/2023. Também se encontram justificadas no referido artefato cláusulas não obrigatórias como as elencadas no art. 5º incisos I, II, III, IV, V e VI, da referida IN, tais como: normas referentes à acessibilidade; descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras; Contratações Correlatas; Providências da Administração Prévia à Celebração do Contrato; Resultados Pretendidos.

Da análise do ETP acostado nos autos do processo eletrônico acima referenciado, notadamente quanto aos aspectos legais, sem adentrar no que tange aos aspectos técnicos, ressalto que consta no referido documento a **demonstração dos seguintes elementos**:

1) Informações Básicas; 2) Descrição da Necessidade; 3) Previsão de Contratação; 4) Requisitos da Contratação; 5) Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas; 6) Alternativas disponíveis no Mercado; 7) Estimativa do Valor da Contratação; 8) Solução como um Todo; 9) Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução; 10) Justificativa de permissão ou não de consórcio/cooperativa; 11) Enquadramento da solução; 12) Demonstrativo dos Resultados Pretendidos; 13) Contratação Correlatas e/ou Interdependente; 14) Benefícios a serem alcançados com a contratação; 15) Declaração de Viabilidade.

Vê-se pois, que o referido artefato atende a Lei de Licitações e Contratos e ao normativo municipal supramencionado.

O Termo de Referência anexado nos autos, ID 4557243, reproduz as exigências previstas no inciso XXIII, alíneas “a” a “j” do art. 6º da Lei nº 14.133/21, nestes termos:

1.1 Objeto; 1.2 Informações Preliminares; 2.0 Fundamentação da contratação; 3.0 Descrição da Solução; 4.0 Compatibilidade com o PCA; 5.0 Requisitos da Contratação; 6.0 Critérios de Seleção do Fornecedor; 6.1 Habilitação jurídica; 6.2 Documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista; 6.3 Qualificação técnica; 6.4 Qualificação econômico-financeira; 7. Condições gerais da proposta; 8. Ata de registro de preços; 9. Formalização dos serviços; 10. Contrato; 10.1 Prazo de vigência; 11. Garantia de execução contratual; 11.1 Modalidades de garantias; 12. Obrigações da contratante; 13. Utilização da frota pela contratante; 14. Obrigações da contratada; 15. Modelo de gestão do contrato; 16. Pagamento; 16.1 Liquidação e Pagamento; 16.2 Condições de pagamento; 17. Reajuste dos preços; 18. Adequação orçamentária; 19. Valor estimado da despesa; 20. Infrações e sanções administrativas; 21. Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção.

Os elementos desenvolvidos no predito Termo de Referência contém os parâmetros e elementos descritivos constantes nas alíneas “a” à “j” do artigo 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/21, de modo a subsidiar os licitantes na formulação da proposta de preço e na apresentação dos documentos de habilitação.

Nas Informações Preliminares do referido TR, a modalidade escolhida da licitação foi o Pregão, na forma eletrônica, para formação de **Registro de Preços**, tendo como critério de julgamento **o menor preço por LOTE, no modo de disputa aberto**. Os SERVIÇOS a serem adquiridos foram enquadrados como sendo de NATUREZA COMUM, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado nos termos do disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nota-se, contudo, uma incorreção material na topificação do item 6.4 Qualificação econômico-financeira, que se apresenta como evidente equívoco de digitação, mas que, se retificado ou não, não traz prejuízo interpretativo.

DA MINUTA DO EDITAL

De acordo com o inciso II do art. 11 do Decreto Municipal nº 37.341, de 20 de dezembro de 2023, a elaboração da minuta do edital cabe ao Agente de Contratação, que tomará como base as informações contidas nos **instrumentos de planejamento** elaborados pelo órgão ou entidade demandante. Segundo o art. 25, da Lei nº 14.133/21, o edital deverá conter o **objeto da licitação** e as **regras relativas à convocação**, ao **julgamento**, à **habilitação**, aos **recursos** e às **penalidades da licitação**, à **fiscalização** e à **gestão do contrato**, à **entrega do objeto** e as **condições de pagamento**.

A minuta do edital de Pregão Eletrônico nº 003/2025 (ID 4597803), anexado ao processo eletrônico acima referenciado e seus respectivos anexos (art. 25 da Lei nº 14.133/2021), contemplam as cláusulas exigidas no art. 25 da Lei 14.133/21, assim como outras que dizem respeito ao procedimento licitatório em si, quais sejam:

Informações Preliminares; 1.0 **Do Objeto;** 2.0 **Da Participação;** 3.0 **Dos** Esclarecimentos e das Impugnações; 4.0 **Da Apresentação das Propostas e Lances;** 5.0 **Da Abertura da Sessão Pública;** 6.0 **Da Negociação;** 7.0 **Da Proposta Final;** 8.0 **Do Julgamento;** 9.0 **Da Habilitação;** 10.0 **Dos Recursos Administrativos;** 11.0 **Da Adjudicação e da Homologação;** 12.0 **Das Infrações e Sanções Administrativas;** 13.0 **Das Obrigações da EMLURB e da Contratada;** 14.0 **Da Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção;** 15.0 **Da Revogação ou Anulação do Certame;** 16.0 **Recursos Orçamentários e do Valor Estimado da Contratação;** 17.0 **Da Ata de Registro de Preços;** 18.0 **Da Formalização do Contrato;** 19.0 **Da Garantia de Execução Contratual;** 20.0 **Da Liquidação e Pagamento;** 21.0 **Do Reajuste Contratual;** 22.0 **Da Gestão e Fiscalização do Contrato;** 23.0 **Das Disposições Gerais.**

Após análise da minuta em questão, é possível dizer que os temas nela contidos são adequados e estão em sintonia com o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, atendendo às exigências formais da referida Lei, uma vez que as mesmas não ultrapassam os limites da razoabilidade, além de não ter sido permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo do certame.

DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No âmbito Municipal o Sistema de Registro de Preços está previsto na Lei nº 19.145, de 2023, que dispõe da seguinte forma:

Art. 1º. Esta lei estabelece normas específicas sobre o **Sistema de Registro de Preços** e sobre a publicidade dos editais de licitações, no âmbito da Administração

Pública direta, autárquica e fundacional do Município do Recife, sem prejuízo da aplicabilidade das normas gerais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Conforme já foi dito no Termo de Referência, o sistema de registro de preços mostra-se útil a Administração, pois, além de procurar atingir preços mais vantajosos ao longo da vigência da Ata de Registros de Preços, permite a aquisição conforme a necessidade da área demandante.

Dentre os fatores que tornam tal sistema preferencial aos demais se destacam: quando houver necessidade de compras habituais; quando a característica do bem ou serviço recomendam contratações frequentes; quando a estocagem dos produtos não for recomendável, quer pelo caráter perecível, quer pela dificuldade no armazenamento; quando for viável a entrega parcelada; quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda; e quando for conveniente a mais de um órgão da Administração.

Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preço, torna-se um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, que resulta em vantagens para a Administração, reduzindo sobremaneira a quantidade de procedimentos licitatórios, visto que do referido sistema poderão ser geradas Atas de Registro, e delas quando necessária, a formalização de respectivos contratos.

Na minuta da **Ata de Registro de Preços acostada nos autos ID 4597803, constam as seguintes cláusulas:**

1. Do Objeto; 2. Dos Preços, Especificações e Quantitativos; 3. Da Validade da Ata; 4. Da Expectativa da Execução dos Serviços/Fornecimento; 5. Da Forma de Execução dos Serviços/Fornecimento; 6. Do Gerenciamento da Ata de Registro de Preços; 7. Da Revisão e do Reajuste dos Preços Registrados/Cancelamento da Ata; 8. Das Disposições do Contrato Administrativo; 9. Das Sanções Administrativas; 10. Condições Gerais; 11. Das Disposições Finais; 12. Da Publicação.

Em linhas gerais a minuta da Ata de Registro atende aos normativos pertinentes.

CONCLUSÃO:

Em razão do exposto, e nos limites da análise jurídica, excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência da licitação a ser realizada, é possível dizer que os instrumentos de planejamento, as minutas do edital e da Ata de Registro de Preço atendem as exigências contidas na Lei nº 14.133/2021, o que permite a este órgão de assessoramento jurídico manifestar-se FAVORÁVEL a realização do processo licitatório pretendido por esta Autarquia, na

modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2025, para Registro de Preços para locação de veículos, podendo ser dado prosseguimento a fase externa, caso venha a contar com a aprovação do senhor DAF, posto que ainda pendente deste ato administrativo, com a devida publicação do edital e respectivos anexos.

Recife/PE, 14 de março de 2025.

JOÃO BOSCO EUCLIDES DA SILVA

Advogado EMLURB

Matrícula nº 60.002-4

OAB/PE nº 16.301



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO BOSCO EUCLIDES DA SILVA, Advogado**, em 14/03/2025, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4639227** e o código CRC **FB712D5A**.

15.000503/2025-82

4639227v1

AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA DO RECIFE

Av Governador Carlos de Lima Cavalcante n 9 - Bairro Soledade | CEP 50070-110 - Recife/PE
Site



Criado por [bosco.silva](#), versão 2 por [bosco.silva](#) em 14/03/2025 08:53:38.



Despacho EMLURB/DPR/DEJU N° 387/2025

Recife, 14 de março de 2025

Concordo parcialmente com o teor do Parecer Jurídico ID [4639227](#), divergindo, contudo, quanto à necessidade de aprovação/autorização pelo Diretor Administrativo-Financeiro. Isso porque, ao analisar o andamento do processo, verifica-se, no campo "Consulta Andamento", a expressa autorização para a abertura do certame, conforme demonstrado a seguir.

Histórico do Processo 15.000503/2025-82

Ver histórico completo

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
14/03/2025 09:14	EMLURB/DPR/DEJU	luz neves	Processo recebido na unidade
14/03/2025 09:54	EMLURB/DPR/DEJU	Isabela Silva	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
11/03/2025 12:09	EMLURB/DPR/DEJU	marina barros	Processo recebido na unidade
11/03/2025 10:56	EMLURB/DPR/DEJU	samya barros	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
10/03/2025 15:40	EMLURB/DPR/DEJU	luz neves	Processo recebido na unidade
10/03/2025 15:36	EMLURB/DPR/DEJU	teracio mello	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
10/03/2025 14:53	EMLURB/DPR/DEJU	teracio mello	Processo recebido na unidade
10/03/2025 13:51	EMLURB/DPR/DEJU	viriane chaves	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
10/03/2025 11:58	EMLURB/DPR/DEJU	viriane chaves	Processo recebido na unidade
10/03/2025 09:51	EMLURB/DPR/DEJU	daniele almeida	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
10/03/2025 09:06	EMLURB/DPR/DEJU	teracio mello	Processo recebido na unidade
10/03/2025 09:02	EMLURB/DPR/DEJU	monica knoch	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
10/03/2025 09:01	EMLURB/DPR/DEJU	monica knoch	Processo recebido na unidade
28/02/2025 10:23	EMLURB/DPR/DEJU	joao faria	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
28/02/2025 10:22	EMLURB/DPR/DEJU	joao faria	CONF Autorização a abertura do processo licitatório, conforme solicitado.
28/02/2025 10:20	EMLURB/DPR/DEJU	joao faria	Processo recebido na unidade
27/02/2025 20:34	EMLURB/DPR/DEJU	daniele almeida	Processo remetido para unidade EMLURB/DPR/DEJU
23/01/2025 13:45	EMLURB/DPR/DEJU	christian lucena	Processo recebido gerado. Controle Interno (Art. 26, § 3º, da Lei nº 10.180/2001)

Polyana Carina Diniz
Diretora-Executiva Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **Polyana Carina de Almeida Avellar Diniz, Diretora Executiva**, em 14/03/2025, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4642454** e o código CRC **41D98A21**.

15.000503/2025-82

4642454v1

AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA DO RECIFE
Av Governador Carlos de Lima Cavalcante n 9 - Bairro Soledade | CEP 50070-110 - Recife/PE
Site

Criado por [samya.torreao](#), versão 4 por [polyana.almeida](#) em 14/03/2025 12:21:27.